

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
xx/xxxx DECORRENTE DO
CREDENCIAMENTO Nº xx/xxxx,
QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL
DE CONTAS DO ESTADO DO
AMAZONAS E A EMPRESA**

.....

.....

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM, com sede na Av. Efigênio Salles, nº 1155, Parque 10 de Novembro, Manaus, Amazonas, CEP 69.055-736, inscrito no CNPJ 05.829.742/0001-48, neste ato representada pelo(a) cargo(a) (a), Senhor(a) nome completo, nacionalidade, estado civil, portador da Carteira de Identidade nº expedida pela SSP/UF e do CPF nº _____, residente e domiciliado em endereço completo, Cidade/UF, nomeado pela Portaria nº __, de dia e mês de 201__, publicada no D.O.U. de dd/mm/aaaa e de outro lado a **companhia aérea razão social**, com sede endereço completo - Cidade/UF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº nn.nnn.nnn/nnnn-nn, neste ato representada pelo(a) cargo(a), Senhor(a) nome completo, nacionalidade, estado civil, portador da Carteira de Identidade nº __, expedida pela SSP/UF e do CPF nº nnn.nnn.nnn-nn, residente e domiciliado(a) em endereço completo, Cidade/UF, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 Contrato decorrente de credenciamento da empresa de transporte aéreo regular [**INSERIR NOME DA COMPANHIA AÉREA**], doravante denominada CREDENCIADA, para prestação dos serviços de transporte aéreo em voos domésticos regulares nos afastamentos de servidores, empregados ou colaboradores eventuais em viagens a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, compreendendo a reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas regulares, sem o intermédio de agência de turismo, conforme especificações e condições constantes do Edital de Credenciamento nº x/xxxx e anexos.
- 1.2 Este Contrato de Prestação de Serviços vincula-se ao Edital do Credenciamento identificado no preâmbulo e seus anexos, independentemente de transcrição, bem como o Acordo Corporativo de Desconto firmado pela CONTRATADA, mediante a CONTRATANTE.
- 1.3 Objeto da contratação: Prestação dos serviços de transporte aéreo em voos domésticos regulares nos afastamentos de servidores, empregados ou colaboradores eventuais em viagens a serviço do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE/AM, compreendendo a reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas regulares, sem o

intermédio de agência de turismo, contemplando o desconto mínimo de 05% (cinco por cento) sobre a tarifa do bilhete.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

2.1 As definições adotadas estão definidas no item 2 do Termo de Referência - TR (Anexo I).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na datade/...../..... e encerramento em/...../.....,,

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO.

4.1. O valor total estimado da contratação é de R\$1.381.600,04 (um milhão, trezentos e oitenta e um mil, seiscentos reais e quatro centavos)

4.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CREDENCIADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4.2. As condições referentes ao preço estão definidas no item 5 do Termo de Referência - TR (Anexo I).

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CREDENCIANTE, para o exercício de 20XX, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CREDENCIADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no no item 14 do Termo de Referência - TR (Anexo I).

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Em razão das particularidades dos serviços a serem prestados, especialmente o regime de liberdade tarifária, não se aplicará reajuste aos valores de tarifas dos bilhetes de passagem aérea que venham a ser adquiridos.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA

8.1. A CREDENCIADA fica dispensada da exigência de garantia nos termos do item 18 do Termo de Referência - TR (Anexo I).

9. CLÁUSULA NONA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

9.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CREDENCIADA e a fiscalização pela CREDENCIANTE são aqueles previstos nos itens 5, 6, 7 e 13 do Termo de Referência - TR (Anexo I).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CREDECIANTE, DOS ÓRGÃOS BENEFICIÁRIOS E DA CREDENCIADA

10.1. As obrigações da CREDENCIANTE e da CREDENCIADA são aquelas previstas nos itens 8, 9 e 10 do Termo de Referência - TR (Anexo I)

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no item 17 do Termo de Referência - TR (Anexo I).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO E DESCRENCIAMENTO

12.1. As condições aplicáveis ao descenciamento e rescisão estão estipuladas nos itens 21 e 22 do Termo de Referência - TR (Anexo I).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CREDENCIADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplimento por parte da CREDENCIANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.1.1. É permitido à CREDENCIADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.1.2. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.1.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1 A CREDENCIADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15. 1. Os casos omissos serão decididos pela CREDENCIANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, no Código de Defesa do Consumidor, no Código Brasileiro de Aeronáutica, nos regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Aviação Civil e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

16.1 Ao firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços, a CREDENCIADA declara que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá a CREDENCIANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

20.1. O foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato de Prestação de Serviços será o da Seção Judiciária de Manaus - Amazonas.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Manaus/AM XX de XXXXXX de XXXXXXXX
